



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares fundamentais para contratação de empresa especializada para execução de obras de muro atirantado para contenção de encosta na estrada com risco de deslizamento e perda de leito carroçável, situado na estrada do Monte Valerio, no bairro do Monte Valerio, município de Ubatuba-SP, coordenadas: 23°27'41" S 45°07'33" W.

I - Necessidade da contratação

A presente contratação é de extrema importância que os serviços de Construção de muro atirantado para contenção de encosta na estrada do Monte Valério, bairro Monte Valério, sejam feitos para garantir a integridade dos munícipes. Atualmente, é evidente o risco de queda, que foi ocasionada devido a fortes chuvas, onde a movimentação da terra foi significativa; tal situação se configura um risco, pois sem sustentação, podem ocorrer um deslizamento. O muro precisa ser executado para evitar desabamentos e garantir a integridade estrutural, bem como para manter acessibilidade, boa locomoção e uma estética agradável aos moradores.

- **Riscos à Segurança:** As irregularidades na superfície representam riscos para a segurança, podendo causar acidentes ou lesões aos pedestres. A correção dessas imperfeições, proporciona um ambiente mais seguro.
- **Impacto na Mobilidade Urbana:** A má condição, juntamente com as calçadas do entorno, prejudica a mobilidade urbana, tornando a locomoção mais difícil.
- **Estética e Qualidade de Vida:** passeios em estado deteriorado afetam a estética do entorno, impactando a qualidade de vida dos residentes. A reconstrução dos itens mencionados não apenas renova a aparência do entorno, mas também contribui para um ambiente mais agradável e valorizado.

Portanto, as obras de construção de muro de são medidas necessárias para enfrentar esses desafios, proporcionando benefícios imediatos.

II – Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual

A presente contratação não foi prevista no Plano de Contratações Anual do exercício em curso, em razão da natureza excepcional e superveniente dos recursos disponibilizados pelo Governo do Estado, por intermédio da Defesa Civil estadual.

O aporte financeiro estadual decorre de situações emergenciais e imprevisíveis, de modo que sua liberação não poderia ser previamente contemplada no planejamento anual



do órgão. Ressalta-se que a Lei nº 14.133/2021, ao disciplinar o Plano de Contratações Anual, determina sua elaboração com base nas necessidades previamente identificadas, não abrangendo, portanto, situações extraordinárias e de caráter emergencial.

Ademais, o princípio da eficiência e o dever de continuidade dos serviços públicos impõem à Administração a adoção célere das medidas necessárias à efetiva aplicação dos recursos transferidos, sob pena de prejuízo à coletividade e risco de devolução dos valores repassados.

Portanto, a ausência de previsão no PCA não configura falha de planejamento, mas decorre de fato superveniente, alheio ao controle da Administração, justificando-se plenamente a contratação nos termos ora propostos.

III – Área Requisitante

A unidade requisitante do presente Estudo Técnico Preliminar é a Secretaria Municipal de Segurança Pública (Defesa Civil), responsável pela gestão dos recursos destinados aos serviços e à obra.

IV – Requisitos da contratação

O objeto a ser licitado, considerando suas características e as justificativas apresentadas, será contratado via licitação na modalidade Concorrência Pública, por menor preço global, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, 17, § 2º, e 34, todos da Lei nº 14.133/2021. O regime de execução da obra será o de empreitada por preço global.

A contratação tem natureza de serviço comum de engenharia, visto que:

- I. Os serviços a serem executados não são dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito;
- II. Existem contratações similares feita pela Administração Pública, em execução ou concluídas;
- III. Os métodos construtivos, equipamentos e materiais utilizados para sua feitura são frequentemente empregados;
- IV. Os padrões de desempenho e qualidade são aferidos através de especificações técnicas usuais;
- V. Existem diversas empresas aptas a se habilitarem no certame licitatório. A estimativa dos quantitativos e respectivos códigos dos itens são aqueles discriminados na planilha orçamentária constante no projeto anexo ao edital.



A elaboração de projetos em obras públicas segue diversas etapas, dentre as quais se destacam o projeto básico e o projeto executivo. Tradicionalmente, o projeto executivo detalha todos os aspectos necessários para a execução da obra, enquanto o projeto básico fornece uma visão geral suficiente para orçar e planejar a construção.

No caso presente, o projeto básico foi desenvolvido com nível de detalhamento que assegura a adequada definição do objeto, permitindo a correta estimativa de custos e viabilizando a licitação. Todavia, a elaboração do projeto executivo ficará a cargo da empresa vencedora do certame, a qual deverá detalhar e compatibilizar todas as soluções técnicas necessárias para a fiel execução da obra, observando as diretrizes, parâmetros e especificações já estabelecidos no projeto básico.

Diante do exposto, conclui-se que o projeto básico elaborado se apresenta suficiente para subsidiar a licitação e a adequada definição do objeto, sendo a contratada responsável pela elaboração do projeto executivo, o qual garantirá o detalhamento necessário para a execução. Ressalta-se que a transferência dessa obrigação à empresa vencedora do certame não compromete a qualidade, a segurança ou a conformidade técnica da obra, mas, ao contrário, contribui para maior eficiência na gestão dos recursos e prazos, permitindo soluções mais integradas e adequadas à execução dos serviços.

Além disso, destaca-se que todos os requisitos técnicos e administrativos relacionados à execução do objeto encontram-se minuciosamente descritos no Termo de Referência, documento que orientará tanto o processo licitatório quanto a execução contratual.

V – Estimativas das quantidades

Os quantitativos dos serviços correlacionados ao objeto a ser licitado foram obtidos através de Projeto Básico, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra pretendida, possibilitando a elaboração dos custos, em conformidade com as Normas técnicas, Procedimentos, Instruções, Especificações de Serviços entre outros.

VI – Levantamento de mercado

Não se aplica a realização de pesquisa de mercado extensiva, dada a natureza do objeto e a existência no mercado nacional de diversas empresas especializadas em obras e serviços por preço unitário, o que garante ampla concorrência, transparência e vantagens à administração pública.

Será elaborada pela equipe técnica a planilha orçamentária acompanhada da memória de cálculo, discriminando os valores unitários estimados dos materiais e serviços previstos no Projeto Básico e nas plantas.



Ressalta-se que a referência da planilha orçamentária será baseada na tabela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), com data base 11/2025, com desoneração. E DER (Departamento de estradas e rodagem), com data base de 31/10/24, não desonerada – versão A. Conforme previsto no Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013, suprimindo a pesquisa de preços de mercado.

VII – Descrição da solução

Considerando a solução proposta para melhor atender as necessidades do município se trata da Construção de muro atirantado para contenção de encosta na estrada do Monte Valério, bairro Monte Valério, está delimitada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) conforme os seguintes requisitos:

- **Local dos serviços:** Estrada do Monte Valério, Município de Ubatuba - SP;
- **Serviços a serem executados:** Contenção em cortina atirantada, drenagem e pavimentação de vias, incluindo:
 - Elaboração de projeto executivo;
 - Mobilização do canteiro de obras;
 - Sondagem;
 - Escavação;
 - Fundações;
 - Construção de cortina atirantada;
 - Drenagem;
 - Instalação de tubulações e juntas;
 - Reaterro;
 - Pavimentação.

A metodologia executiva adotada deverá obedecer obrigatoriamente às normas técnicas vigentes, com definições detalhadas no Projeto Básico elaborado pela equipe técnica.

- **Prazo estimado para execução:** 150 dias, podendo ser prorrogado conforme o artigo 150 da Lei nº 14.133/2021;
- **Unidades de medida e preços unitários:** Estarão explicitados na planilha orçamentária, com quantitativos obtidos mediante levantamento de dados compatíveis com as necessidades da obra;
- **Visita técnica:** A realização de visita técnica será facultada à licitante, com o objetivo de proporcionar conhecimento prévio do local, acessos, logística e eventuais dificuldades que possam impactar na execução do objeto contratual. Caso a licitante



opte por não realizar a visita técnica, deverá apresentar o correspondente Atestado de Renúncia de Visita Técnica, devidamente assinado por seu representante legal, como comprovação formal da ciência das condições do local.

VIII – Estimativa de valor

O valor da presente contratação foi definido considerando os preços unitário do boletim CDHU e da tabela DER. O orçamento foi elaborado de acordo com os quantitativos definidos em projeto, somados aos memoriais descritivos e memória de cálculo.

O orçamento foi apurado após a elaboração dos projetos, considerando que os valores definidos com base nas tabelas oficiais atendem aos requisitos legais e técnicos, com precificação devidamente justificada na memória de cálculo, demonstrando a viabilidade técnica e econômica da execução indireta dos serviços.

A planilha orçamentária está orçada no valor total de **R\$ 1.455.521,38** (um milhão, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos), sendo este valor a ser pago **R\$ 1.309.969,24** (um milhão, trezentos e nove mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos) com recurso oriundos com recurso Estadual – F02, através da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPDEC da Casa Militar e **R\$ 145.552,14** (cento e quarenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e catorze centavos) com recurso do tesouro municipal – F01.

IX – Justificativa para não parcelamento

O não parcelamento das obras assegura maior eficiência técnica e qualidade do investimento, uma vez que o gerenciamento ficará a cargo de um único administrador, facilitando o controle, o cumprimento do cronograma e a responsabilização pela execução e garantia dos resultados.

Obras com serviços inter-relacionados exigem sincronização das etapas, e atrasos em uma fase impactam as demais, aumentando custos e comprometendo prazos.

Por essas razões, recomenda-se que a contratação seja feita de forma integral, evitando prejuízos à administração pública.



X – Contratações correlatas e/ou interdependentes

Foi definido que o objeto será adjudicado a uma única empresa vencedora, que deverá apresentar atestados de capacidade técnica para execução do objeto contratado.

XI – Resultados pretendidos

A execução da obra de construção de muro atirantado para contenção de encosta na Estrada do Monte Valério, bairro Monte Valério, tem como resultados pretendidos a redução dos riscos de instabilidade geotécnica e deslizamentos que atualmente comprometem a segurança da via e da população local. Com a implantação da contenção, objetiva-se garantir a estabilidade definitiva da encosta, preservando a integridade da infraestrutura viária, a continuidade do tráfego e a segurança dos moradores e usuários da estrada.

Além da função estrutural, o empreendimento busca assegurar a durabilidade da solução adotada, minimizando a necessidade de intervenções corretivas futuras e promovendo a otimização dos recursos públicos aplicados. Espera-se, ainda, que a obra proporcione maior confiabilidade ao sistema viário local, assegurando a mobilidade urbana e a acessibilidade da comunidade.

Do ponto de vista social, os resultados pretendidos incluem a redução dos riscos de acidentes, a proteção do patrimônio público e privado situado no entorno e a melhoria da qualidade de vida da população. Já sob o aspecto administrativo, a intervenção contribuirá para a prevenção de emergências decorrentes de escorregamentos, reduzindo custos com medidas paliativas e reforçando a eficiência da gestão pública.

XII – Providências a serem adotadas

Após a assinatura do contrato, a administração adotará as seguintes medidas:

- Definição da equipe de fiscalização da obra;
- Indicação de servidores capacitados para fiscalização;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas no projeto, visando adequações e melhorias.

XIII – Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não há outras contratações correlatas relacionadas diretamente a este projeto.



XIV – Impactos ambientais e medidas de tratamento

A obtenção da Licença Ambiental, conforme as resoluções CONAMA nº 001/1986, nº 237/1997 e Lei nº 6.938/1981, será providenciada pela contratada junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Os serviços (escavação, escoramento, estabilização de taludes e encostas, drenagem, reaterro, pavimentação, etc.) seguirão as determinações do Projeto Básico.

Na execução dos serviços caberá à Contratante e à Contratada a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira a fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução dos serviços.

A contratada deverá respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT.

XV – Declaração de viabilidade da contratação

Diante do exposto, declara-se viável a contratação pretendida com base neste Estudo Técnico Preliminar, conforme o inciso XIII, art. 7º da IN 40/2020 da SEGES/ME.

Nilson Roberto dos Santos

Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Social

Gilberto Dias de Souza Junior

Engenheiro civil
CREA: 5071525442/SP

Alexandre Napoli

Diretor de Gestão de Defesa Civil